

**POR RICARDO JACOMASSI,**  
ECONOMISTA-CHEFE DA HEGEMONY PROJEÇÕES ECONÔMICAS  
✉: RICARDO.JACOMASSI@HEGEMONY.COM.BR



SÉRGIO BRITO

## PESOS DESPROPORCIONAIS

**E**stabelecer medidas para incentivar o consumo é mais fácil do que pensar estratégias para elevar a produção. Com essa frase podemos entender melhor o derretimento da economia brasileira ao longo de 2012 e a sua relação direta com as escolhas feitas pelo governo federal: *a importância dada ao consumo foi inversamente exponencial à atribuída ao setor produtivo.*

As medidas de estímulos ao consumo fazem parte do arsenal mais do que arcaico que o governo lançou para suportar os efeitos da crise internacional e proteger a economia nacional. Traduzido em linguagem popular, seria: "Vamos dar dinheiro para o povão, deixar o crédito jorrar, reduzir os impostos (IPI – Imposto sobre Produto Industrializado) das geladeiras, veículos, etc. e, assim, retomarmos o crescimento".

É difícil acreditar, mas os técnicos que conduzem a política econômica não perceberam que o modelo se esgotou. Parece ser mais racional deixar o povão se endividar, ter geladeira nova (financiada em 18 vezes) ou carro zero (em 60 prestações) do que oferecer condições competitivas para o setor produtivo, que ao longo do ciclo vai gerar novos empregos, aumentar a renda e, ao final, garantir condições mais sustentáveis de consumo para a própria população.

Para provar que essa conta não fecha, basta observarmos os últimos indicadores de inadimplência. Dados mais recentes apontados pelo Serasa indicam

que a inadimplência do consumidor avançou 9,9% em setembro deste ano em comparação ao mesmo mês do ano passado.

E qual seria o motivo de não priorizar o setor produtivo com tanto afinco? Não se sabem ao certo as respostas, pois, do ponto de vista político, o governo tem ampla maioria no Congresso e no Senado para aprovar projetos, como a tão sonhada reforma tributária. Assim como aconteceu para a redução dos juros bancários, a pressão deveria ser a mesma para a diminuição dos tributos.

Essa, porém, é uma tarefa bem mais árdua, pois envolve um ingrediente que altera todo o bolo da economia brasileira: os gastos com o funcionalismo são robustos e não vão regredir no curto prazo. Em paralelo, segue também a ineficiência da gestão dos principais programas de infraestrutura.

Resumo: para reduzir o peso dos tributos, o governo deve diminuir os gastos com o funcionalismo e tornar eficientes seus projetos, visando reduzir o peso da corrupção.

Não é segredo – nem questão complexa – o entendimento deste cenário. Não é aceitável, do ponto de vista competitivo e socioeconômico, o Brasil continuar com a carga tributária em torno de 35% do PIB e continuar com os estímulos de comprometimento futuro da renda do povão com linhas de crédito em parcelas infinitas. Uma hora a conta chegará para o governo pagar! ■

A importância ao consumo foi inversamente exponencial à dada ao setor produtivo

